



AS MOEDAS TAMBÉM FALAM  
O LIVRO DE HORAS DE D. JOÃO III



# As moedas também falam

do Livro de Horas de D. João III

ANTÓNIO MIGUEL TRIGUEIROS

*Um olhar mais atento da iluminura «Adoração dos Magos», permitiu desfazer um erro de leitura sobre a história da numismática e a correcta datação de uma obra de arte. António Miguel Trigueiros expõe, neste artigo, argumentos que sustentam novas interpretações e mostra como a história também se inscreve na representação dos objectos mais comuns.*

*«Quem vier depois de mim, encontrará neste trabalho muitos materiais juntos, que joelhará, aperfeiçoará, e completará, para escrever obra melhor que a minha».*

J. Leite de Vasconcelos. *Da Numismática em Portugal*

## Um erro crônico quase centenário

A publicação em 1983 do *Livro de Horas de D. Manuel* (Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda), veio colocar ao alcance dos estudiosos da Numismática um importante estudo crítico daquele que é considerado o mais antigo documento conhecido ilustrando moedas portuguesas.

Trata-se da célebre iluminura «Adoração dos Magos» (fol. 87v), com a sua tarja repleta de moedas portuguesas e espanholas, e que tem servido desde 1895 como ponto obrigatório de referência para a identificação e cronologia desse belíssimo códice quinhentista.

Contudo, também desde 1895 que se vem sucessivamente divulgando um erro na cronologia das amoedações de uma das moedas representadas, o português e o espanhol, e que tem servido desde 1895 como ponto obrigatório de referência para a identificação e cronologia desse belíssimo códice quinhentista.

Tudo isto é, de facto, uma realidade. Mas também é verdade que existem e teimosamente sobrevivem em Portugal alguns centros guardiões da cultura histórica numismática, sociedades de colecionadores e museus da moeda, com as suas bem organizadas bibliotecas especializadas, sempre de portas abertas ao diálogo e à interajuda disciplinar, onde teria sido possível e fácil, a Dagoberto Markl, ter acesso à bibliografia que necessitasse e assim ter posto um ponto final na propagação desse erro crônico.

## Elegia de uma ciéncia

(De Lopes Fernandes a Ramalho Ortigão)

Será interessante referir que a primeira referência escrita a este livro de Horas aparece precisamente num tratado de numismática, da autoria de um notável colecionador e numismóloga, Manuel Bernardo Lopes Fernandes (1797-1870).

Parece-nos importante transcrever esse pequeno trecho da sua *Memória das Moedas Correntes em Portugal desde o tempo dos Romanos até ao ano de 1856* (Lisboa, Academia das Ciências, 1856, Parte I, pg. 47), obra que mereceu de Oliveira Martins e de Alexandre Herculano os maiores elogios e proporcionou-lhe ser admitido como sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa.



Iluminura «Adoração dos Magos» (folio 87 v) pela primeira vez apresentada tal como no livro original, sendo visível a cor vermelha do veludo da encadernação (Foto de Manuel Silveira Ramos, 1983).

Portamento ampliado das Portuguesas de ouro de D. João III, na tarja inferior da iluminura, cuja cronologia de amoedações tem vindo a ser erradamente apresentada desde 1895, por todos os estudiosos deste livro. (Ampliação em scanner «Crestfield Magnascan 640», INCM/DVG, 1991).



tica, publicada em 1923 por mestre José Leite de Vasconcelos (1858-1942), *Da Numismática em Portugal* (Lisboa, Arquivo da Universidade, vol. IX, Pg. 65), onde esse fac-símile vem reproduzido e na qual o insigne professor nos remete para um artigo de Xavier da Cunha (1840-1920), publicado no *Boletim das Bibliotecas e Archivos Nacionais* (vol. VI, pg. 223, 1907).

Este artigo do qual Dagoberto Markl não teve conhecimento, acabaria por revelar-se numa preciosa ajuda para a história destas Horas ditas de D. Manuel.

Apesar de se tratar de um texto algo extenso, a sua transcrição é da maior importância, pelo que a deixamos aqui registada. Dela apenas omitimos as referências aos estudos de Lopes Fernandes e de Teixeira de Aragão, acima transcritos.

«Conforme declara depois Lopes Fernandes, a livraria de D. Francisco de Melo Manuel da

acompanhou e que na mesma Biblioteca ficou arrecadada.

Eis o que nesse Catálogo textualmente se lê (em pg. 22 a 23 da secção «Manuscritos») com referência à espécie de que venho tratando e que pelo dono da Livraria foi oferecida a Suas Majestades:

«Horas — Soberbo mss. em Veleim, forão comesadas em 1517. Ornadas de 2 miniaturas dos Sículos 12 do Calendário, 11 miniaturas do tamanho da Pagina, entrando neste numero 2 em Camafeo e 31 mais pequenas circuladas de 54 Orlas, tudo elegantemente pintado por mui abil Pintor, com riquíssimos dourados de Ouro fosco, além de hua immensidate de Letras engracadamente pintadas de Cores, e Ouro. A miniatura q. está no Off. o dos Defuntos, reprezenta o Interro de D. Manoel, e a Orla da adoração dos Reys he composta de



O famoso «fac-símile» de 1852 desta iluminura, desenhado por Colfis Guimaraes e que ainda hoje pode ser admirada no gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional. Reprodução da gravura publicada por Leite de Vasconcelos em 1923 (INCM/DVG, 1991).

Camara foi efectivamente comprada pelo Governo Portuguez em 1852, e quem a vendeu foi D. João de Melo Manuel da Camara (que recebeu depois o título de Conde da Silvan).

Comprada pelo nosso Governo, a Livraria foi por este destinada à Biblioteca Nacional, onde por muitos anos permaneceu constituindo uma colecção especial e aparte; mas em 1888 o Inspector Geral das Bibliotecas e Archivos Publicos ordenou que as especies constituintes d'aquella valiosa Livraria se disseminassem distribuídas pelas diversas Secções do nosso Instituto.

Entrando na Biblioteca Nacional de Lisboa, a «Livraria do Cabrinha» (assim vulgarmente se chama á sobredita colecção) veio prestar ao fundo já riquíssimo da antiga «Biblioteca Pública da Corte» um novo accrescentamento de preciosidades e raridades bibliacas, — embora na compra não entrasse o codice das Horas indicado pelo referido numismata, codice aliás mencionado no Catálogo manuscrito que os sobreeditos livros

moedas antigas: está encadernada em Veludo Carmezim 1 vol. em 8º».

A iluminura — em que se representa a Adoração do Deus-Menino pelos três Magos, que ao recém-nascido foram apresentar no presépio suas offerendas de myrra, incensa, e alira, — mostrando pols na tarja por elemento decorativo e allegórico e reprodução de várias moedas, portuguezas quasi todas. E foi precisamente por esse motivo que em 1852 o insigne Bibliothecario-Môr José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello-Branco manifestou a Colfis Guimaraes o empenho de ver por elle copiada a tarja sobredita.

Resultou d'ahi a pinturinha que na Biblioteca Nacional se conserva com todo o resguardo emoldurada no Gabinete Numismática, — pinturinha em que o artista apenas aproveitou os elementos da tarja, substituindo a parte central (a scena evangélica da Adoração) pela inscrição seguinte, executada a tinta branca sobre fundo preto:



Iluminura «Ofício dos Mortos» do livro de Horas alto de D. Fernando (folio 53), sendo visivel na tarja esquerda, a exterior de um templo com pináculos góticos semelhantes aos da Batalha. (Foto de José Veneno, 1991)



Iluminura «Ofício dos Mortos» do Livro de Horas impropriamente dito de D. Manuel (folio 129 v), sendo visível, na tarja esquerda, um porto oceânico.  
(Foto de Manuel Silveira Ramos, 1983).

Fac-simile  
da tarja d'uma das folhas  
do precioso livro que posse o  
Ilmº e Exmoº Srr. D. João de Mello  
Manuel da Câmara, intitulado —  
*Horae Beatae Mariae Virginis*,  
ms. em pergaminho, do XVI seculo,  
a qual, é consequencia de  
representar todas as moedas  
correntes no reinado do señor  
D. João III, entrando neste numero  
uma do señor D. Diniz, que se  
tem por desconhecida, mandou o  
bibliotecario Mós copiar mui fielmente.

A cópia da iluminura apresenta na base do rectângulo  
esta subscrição: — A. J. Colfts Guimarães pin. no anno  
de 1852.

Esta cópia de 1852, executada por aquele que foi  
professor de caligrafia de D. Pedro V e de D. Luís I, «o rei Numis-  
mata», ainda hoje se conserva no gabinete de Numismá-  
tica da Biblioteca Nacional, sendo esta a terceira vez que  
é reproduzida.

Convidá, contudo, realçar que a sua importância para  
o estudo destas *Horas* não lhe advém da reprodução das  
moedas — nem sempre perfeita — mas sim do texto inser-  
ido no espaço interior, texto que claramente indica que,  
em 1852, este códice era ainda pertença de D. João de  
Mello Manuel da Câmara, só tendo sido oferecido a  
D. Maria II (ou a D. Fernando II) em data posterior.

Fica assim, posta de parte a hipótese avançada por  
Dagoberto Markl, de que «esta oferta deve ter tido lugar  
em 1836» (pg. 124). Mais adiante voltaremos a este  
assunto.

De Xavier da Cunha existe ainda uma segunda refe-  
rência a estas *Horas* e ao fac-simile da tarja das moedas,  
publicada em 1908 no mesmo boletim (vol. VII, pg. 47 a  
50), onde aquele ilustre director da Biblioteca Nacional sintetiza a informação anterior e esclarece, em defesa do  
autor da cópia de 1852:

«Mas entenda-se bem: o desenhador, o copista,  
a quem Teixeira de Aragão se refere, não é Colfts  
Guimarães; é o da iluminura. Colfts Guimarães  
copiou mui fielmente o que encontrou na ilumi-  
nura do códice proveniente da Livraria de D. Fran-  
cisco de Mello».

Em ambos os textos deste autor encontra-se devida-  
mente referenciada a minuciosa descrição deste códice  
publicada em 1895 pelo bibliotecário da Real Biblioteca  
da Ajuda, o escritor José Duarte Ramalho Ortigão  
(1836-1915), na *Exposição de Arte Sacra Ornamental pro-  
movida pela Comissão do centenário de Santo António em  
Lisboa no ano de 1895 — Catálogo da Sala de Sua  
Majestade El-Rei (Lisboa, 1895)* e onde se estabelece, pela  
primeira vez, uma cronologia para a feitura deste livro de  
*Horas*:

«Na pagina Deus in adjutorium meum intende, o  
quadro correspondente representa a adoração  
dos reis magos num recinto de arquitectura neo-  
clássica, em columnas de porfírio vermelho. Ao  
longe, na palizagem, passa um cortejo de gala  
com elefantes e dromedários. As margens desta  
composição são decoradas com moedas de ouro  
e de prata, entre as quais duas de Fernando e  
Isabel, com as armas de Leão e Castela, e dois  
portugueses de ouro, de D. João III.

Foram os primeiros portugueses de ouro man-  
dados cunhar em Novembro de 1538, como res-  
posta ao capítulo 170 das Cortes Gerais em Tor-  
res Novas, que dizia assim: Que Vossa Alteza  
mande prover sobre as moedas de ouro destes  
Reynos as quais se levão para fora, de Maneira  
que se não acha um Cruzado nem Portuguez,  
nem moeda de ouro dos ditos Reynos, somente  
moeda de fóra d'outros Reynos minguardas de  
peça e na Ley de Ouro.

A presença da referida moeda estabelece por-  
tanto entre o tempo a que ella corresponde e a

data do princípio do códice, 1517-1538, um  
período de vinte e um anos, dados à elabora-  
ção consecutiva ou entrecortada do livro».

Não podia o autor de *As Farpas* ter sonhado com as  
consequências do erro cometido ao escrever estes dois  
últimos parágrafos. Se o tivesse pressentido, certamente  
que tentaria aprofundar o estudo de um assunto que não  
dominava, ou, no mínimo, pedir conselho a um especialista.

Não o fez e durante quase cem anos (96, para ser pre-  
ciso), aquela sua tão categórica, como errada, afirmação  
influenciou várias gerações de outros historiadores portu-  
gueses — também eles alheados do valor histórico da  
ciência numismática — atribuindo-se, assim, a 1538 a data  
do término da execução deste livro de *Horas* ou da fei-  
tura da iluminura da «Adoração dos Magos».

É um assunto que merece maior desenvolvimento. Antes,  
porém, vamos dedicar algum espaço a defender a  
memória do Visconde de Santarém, que Dagoberto Markl  
(um pouco levianamente, diga-se de passagem) pôs em  
causa.

*Afinal, o Visconde tinha razão...*

(Dos ofícios dos mortos em Lisboa e na Batalha)

Os trechos bibliográficos acima transcritos e o fac-simile  
de 1852, permitem, como dissemos, pôr de parte a  
hipótese avançada por Dagoberto Markl e que repro-  
duzimos abaixo, de que o Livro de *Horas* entrou na posse  
da família real em 1836.

É, portanto, muito provável que o padre Dámaso  
tivesse possuído o iluminado que estudamos, tal-  
vez oferecido pelos serviços prestados como  
bibliotecário da Casa Real. Antes de falecer em  
1833, terá oferecido o Livro de *Horas* a D. Francisco  
de Mello Manuel, cujo herdeiro o ofereceu ao rei  
Fernando II (Saxe-Coburgo-Gotha), grande amador  
e protector das artes.

*Esta oferta deve ter tido lugar em 1836*, data  
da vinda para Portugal de D. Fernando e do seu  
casamento com D. Maria II, e isto porque existe  
uma outra notícia referente às *Horas*, que, igual-  
mente, tem sido esquecida.

No ano de 1836, o Visconde de Santarém  
escreve a «Notice sur quelques manuscrits remar-  
quables par leurs caractères et par les ornements  
dans ils sont embelli, qui se trouvent en Portugal»  
(Extrait du tome XII des Mémoires de la Société  
Royale des Antiquaires de France), no qual afirma  
a dado momento: «Le plus magnifique de tous les  
manuscrits que j'ai vu du siècle suivant (o século  
XV para o Visconde) c'est un livre de prières qui  
se conservait au trésor de la couronne (In - 8º),  
reliefs en velours rouge, avec les armoiries du  
Portugal en émail et diamants. Ce manuscrit était  
orne de miniatures admirables et d'une correction  
parfaite. Dans quelques-unes, on voyait la cérémonie  
du service funèbre du roi Jean I. dans l'inté-  
rieur de l'église du célèbre monastère de Batalha,  
le portrait du roi Edouard et d'autres très remarqua-  
bles qui échappent à ma mémoire» (o sublinhado  
é nosso).

A descrição do Visconde, embora com erros  
em relação à época e aos personagens, parece  
ser, com pouca dúvida, a das duas folhas com o  
enterro, exequias e quebra dos escudos, por oca-  
sião da morte de D. Manuel. A referência ao rei  
D. Duarte e a outros diz respeito aos altos digni-  
tários régios que se vêem nestes folhos.

Da encadernação desapareceram as armas  
reais, o que não admira pro via das vicissitudes  
que o livro terá experimentado.

Cremos poder afirmar que, com toda a razão,  
esta iluminura da Adoração dos Magos» contém  
a resposta a muitas questões relacionadas com  
as *Horas* ditas de D. Manuel» (pgs. 124/125).

(De facto e com toda a razão, as moedas desta ilumi-  
nura são a chave do segredo destas *Horas*).



Anversos de Tostões de prata, de D. Manuel I (à esquerda) do mesmo tipo dos cunhados até 1525, no reinado do seu filho e de D. João III (à direita) do novo tipo criado em 1525, com cunhos abertos pelo ourives da Infante D. Fernando. Fotos ampliadas para facilitar a leitura (moedas da coleção do Museu Numismático Português, INCM; fotos do autor, 1983).



Cruzados de ouro, a mais popular e comercial moeda da história de Portugal. Na linha de cima, cruzado de D. Manuel I do mesmo tipo dos cunhados desde 1475, no reinado de D. Afonso V, até 1525, no reinado de D. João II; na coluna centro-esquerda, cruzado de D. João III, do novo tipo introduzido em 1525; e na coluna centro-direita, cruzado de D. João III, do terceiro tipo criado pelo rei de 26 de Novembro de 1538. Fotos ligeiramente ampliadas para facilitar a leitura (moedas da coleção da União de Bancos Portugueses; fotos do autor para a 17.ª Exposição Europeia, 1983).

As reproduções fotográficas que acompanham este artigo, das iluminuras do enterro de D. Manuel I em Lisboa (do «seu» Livro de Horas, fol. 129 v.) e de um serviço fúnebre no interior de um templo, onde se vêem as armas de Portugal (do Livro de Horas dito de D. Fernando, fol. 53), são por si mesmas elucidativas. Enquanto na primeira é bem visível, na tarja lateral esquerda, um fundo de ancoredouro oceânico, com navios de grande porte (o porto de Lisboa); na segunda iluminura e do mesmo lado representa-se o exterior de um templo com pináculos góticos, muito semelhante (mas não idêntico) ao do Mosteiro da Batalha.

Faz-se justiça ao poder de observação da Visconde de Santarém: a descrição que Dagoberto Markl referenciou como errada, diz respeito ao ofício dos mortos do Livro de Horas dito de D. Fernando e não à iluminura do enterro de D. Manuel I, do «seu» Livro de Horas.

Por outro lado — e lado importante — o catálogo da livraria de D. Francisco de Mello Manuel descreve este último códice como tendo uma encadernação de «Veludo Carmezim», sem qualquer ornatos ou aplicações exteriores que, a existirem, teriam sido referidas.

Quanto ao Livro de Horas dito de D. Fernando, a ficha publicada por Fernando A. Baptista Pereira na edição para a «Agenda 1984» do Banco Português do Atlântico, explicita uma «encadernação em veludo azul, com as armas reais em aplicações de oura, esmaltes e pedras, feita em Paris, por La Ferré, em 1755».

Uma única nota dissonante existe entre esta descrição e a do Visconde de Santarém: a cor do veludo, *rouge* nesta, azul naquela.

É um pormenor sem dúvida importante, a pedir um exame visual comparativo das encadernações dos dois códices. Foi o que fizemos, no Museu Nacional de Arte Antiga, com a autorização da sua actual directora, Dra. Ana Brandão.

#### *Encadernação do Livro de Horas dito de D. Manuel*

Veludo liso, levemente lavrado a toda a volta das duas capas, sem incrustações e sem fecho. Cor «vermelho cardal».

#### *Encadernação do Livro de Horas dito de D. Fernando*

Veludo azul escuro, já muito comido, bordado a fio de prata dourada. No meio as armas portuguesas em oura esmaltaada, cravejadas a diamantes, rosas e rubis na coroa e nos ornatos do escudo, bem como nos quatro florões dos cantos e no fecho.

Capas iguais nos dois lados.

A quantidade de rubis nos florões e nas armas e o esmalte vermelho do escudo deixa uma imagem «vermelha» da capa, cujo fundo é azul.

Estará aqui uma possível explicação para a confusão entre as duas cores dominantes da capa deste códice, cuja descrição coincide praticamente com a referência que dele fez o Visconde de Santarém.

#### *A Chave do segredo destas Horas*

Podemos voltar agora ao problema da cronologia deste Livro de Horas dito de D. Manuel. Como vimos, data de 1895 a primeira descrição comentada deste códice. Desde então, todos os estudiosos, com relevo para José de Figueiredo (1872-1957), até Dagoberto Markl, situam a execução da iluminura da «Adoração dos Magos» em data próxima e posterior a 1538. Assim, afirma este último no estudo que vimos seguindo:

«Regressemos, todavia, ao Livro de Horas dito de D. Manuel. Não duvidamos que ele tenha sido iniciado, talvez em 1517, durante o seu reinado; por ocasião da feitura da Adoração dos Magos (fol. 87v), já era rei seu filho, D. João III, em razão dos portugueses nela representados, datáveis, como acima vimos, de 1538 (...)» (pg. 20).

E mais adiante:

«A cronologia desta iluminura está directamente relacionada com a tarja e as moedas nela representadas. Quer aceitamos ou não a data de 1538,

para a cunhagem dos portugueses de D. João III, bem em evidência no bas-de-page, o facto é que a Adoração dos Magos é, sem dúvida, uma produção do reinado de D. João III e próxima da data proposta» (pg. 117).

Todavia, esclarece que

«A presença desta moeda («Português de D. João III, do 1.º tipo de D. Manuel) tem permitido à maioria dos historiadores estabelecer uma cronologia, uma vez que teria sido cunhada em 1538. Há, todavia, vozes discordantes que afirmam ter ela sido retirada de circulação exactamente naquele ano» (pg. 119).

Acontece, porém, que o texto divulgado por Ramalho Ortigão (capítulo CLXX das Cortes de Évora de 1535 e não, como indicou, das de Torres Novas), transcreve apenas uma queixa dos procuradores dos concelhos, sobre a exportação da boa moeda de ouro nacional (cruzados e portugueses), a qual foi atendida pela lei nº 25 de 26 de Novembro de 1538.

Esta lei, publicada tanto por Lopes Fernandes (Parte I, pg. 124), como por Teixeira de Aragão (Tomo I, pg. 267; documento comprovativo nº 48, pg. 398), suspende a cunhagem dos «portugueses» de ouro e altera o tipo e o toque do ouro dos «cruzados».

Suspender significa parar, interromper; não confundir com retirar da circulação, o que normalmente só acontecia muita tempo depois.

Desta importante lei de 1538, que reformou o sistema das moedas portuguesas de ouro e de prata, transcrevemos apenas a parte inicial:

«Sendo eu emformado dalgumas grádes inconvenientes que se seguiam a meus reynos e senhorios das moedas de ouro; e dalgumas de prata á nelles se lavravam e corriam: querendo a isso prover. Mão que nas casas da moeda dos ditos reynos se não lavre daqui em diante moeda de portugueses: nem cruzados dourado da sorte que se atee qui laurauam. (...)» (doc. 48 de Aragão).

Parece-nos facto extraordinário que o bibliotecário do Palácio da Ajuda desconhecesse, em 1895, as importantes obras de Lopes Fernandes (de 1856) e de Teixeira de Aragão (de 1874/86), dando assim origem a um erro crônico na datação da iluminura da «Adoração dos Magos».

Para já não falar de todos os outros historiadores que se lhe seguiram...

Mas há mais.

Qualquer amador da numismática portuguesa sabe que existem dois tipos bem distintos dos «portugueses» de ouro de D. João III: o primeiro, cunhado desde 1521, segue a tipologia manuelina e é o que se encontra ilustrado na iluminura «Adoração dos Magos»; a segunda, com gravuras muito mais ornamentadas e floreadas, é aquele cuja cunhagem foi suspensa em 1538, muito embora desde esse ano e até 1555, se tivessem efectuado algumas amoedas esporádicas.

O ano em que se deu essa modificação no cunho dos «portugueses» de ouro — bem coma os dos «cruzados» e «tostões» de prata — não foi do conhecimento nem de Lopes Fernandes, nem de Teixeira de Aragão, nem de qualquer outro historiador numismata até 1958, ano em que Damião Peres (1889-1976) publica o seu trabalho «História Monetária de D. João III» (Lisboa, Academia Portuguesa da História, datado de 1957 mas terminado em Junho de 1958).

Como Superintendente do Museu Numismático Português, de 1945 a 1959, aquele ilustre investigador teve a fortuna de voltar a encontrar o mais antigo livro de registo existente no arquivo histórico da Casa da Moeda de Lisboa, contendo documentação desde 1518 a 1553 e que escapara nas consultas ali efectuadas desde 1870 por Teixeira de Aragão.

Nesse livro de Registo Antigo, como o designou Damião Peres, vêm transladados alvarás, leis e cartas régias que, entre muitas outras, determinaram a mudança do tipo dos



Portugueses de ouro, a mais prestigiada moeda do comércio das especiarias. À esquerda, 1º tipo criado por D. Manuel I cerca de 1499-1500; ao centro, o mesmo tipo de moeda nos primeiros anos do reinado de D. João III e até 1525, com gravuras já muito imperfeitas; à direita, o 2º tipo gravado em 1525 pelo ourives Diogo Alvarez que foi cunhado normalmente até 1538.

cunhos dos «portugueses», «cruzados» e «tostões» joaninos, a saber:

*alvará de 17 de Agosto de 1525 — determinação sobre os cunhos novos, abertos por Diogo Alvarez, ourives do Infante D. Fernando, irmão de D. João III. (Do rei ao Tesoureiro, Alcaide, Vedor e oficiais da Casa da Moeda de Lisboa; documento nº 3)*

*carta de 23 e Setembro de 1525 — aprovando as amostras dos novos portugueses de ouro, cruzados de ouro e tostões de prata, amoedados com os cunhos abertos por Diogo Alvarez.*

(Do rei ao Tesoureiro da Moeda; documento nº 4)

*ordem de 14 de Junho de 1526 — na apresentação de 1450 cruzados amoedados em «portugueses» e «cruzados» dos novos cunhos, sobre o cuidado que devia haver no fabrico e aperfeiçoamento da moeda.*

(Da parte do rei, por requerimento de Diogo Alvarez; documento nº 5)

Está aqui a chave do segredo desta iluminura e, também, das próprias *Horas* impróprio ditas de D. Manuel, uma chave tão perto do conhecimento dos amadores da história das moedas, quanto longe do conhecimento dos profissionais da nossa História...

O folio da «Adoração dos Magos» estaria concluído em data próxima de 1526 quando foram lançadas em circulação as primeiras moedas do segundo tipo joanino, que já lá não figuram.

Tendo D. Manuel I falecido a 13 de Novembro de 1521 e dado o tempo necessário à abertura dos novos cunhos com o nome de D. João III, e às amoedações propriamente ditas, as primeiras moedas deste reinado só terão entrado em circulação no final de 1522.

Assim sendo, esta iluminura pode ser datada, numa primeira aproximação, entre 1522 e 1526; contudo, a tarja é rica em números e tipos diferentes de moedas joaninas, o que nos leva a admitir que a sua feitura terá tido lugar em ano mais perto do final desse período, entre 1524 e 1526.

Conhecida esta chave, fácil é agora desmontar a hipótese avançada por José de Figueiredo (citada no livro de

Dagoberto Markl), de que este códice teria sido feito para o Príncipe D. João, nascido em 1537 e, muito menos, para o rei D. Manuel I, falecido em 1521.

Sobre este problema do verdadeiro destinatário — ou possuidor inicial — deste livro, o estudo crítico apresentado por Dagoberto Markl é da maior importância e apresenta reflexões lúcidas que o levam a admitir,

«ser esta obra destinada a seu filho, tal o brevíario de D. João III a que Francisco de Holanda alude» (pg. 145).

Faltou a este autor base documental numismática bastante para ir mais além e dar a este precioso códice iluminado, que classifica como o «principal Livro de Horas saído na 1ª metade do século XVI, de uma oficina marcadamente portuguesa» (pg. 47), o verdadeiro nome, pelo qual, desde agora, deve passar a ser conhecido:

#### LIVRO DE HORAS DE D. JOÃO III

#### BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, A. C. Teixeira de — *Descrição Geral e História das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo I, 1874.
- CUNHA, Xavier da — *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais* VI(223), 1907; VII(47), 1908.
- FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes — *Memória das Moedas Correntes em Portugal, desde o tempo dos Romanos, até ao anno de 1856*. Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1857 — 2 vol.
- MARKL, Dagoberto L. — *Livro de Horas de D. Manuel*. Lisboa, INCM, 1983.
- ORTIGÃO, José Duarte Ramalho — *Exposição de Arte Sacra Ornamental promovida pela Comissão do centenário de Santo António em Lisboa no ano de 1895/Catálogo da Sala de Sua Majestade El-Rei*, Lisboa 1895.
- PEREIRA, Fernando A. Baptista — *O Livro de Horas dito de D. Fernando*. Porto, Agenda BPA, 1984.
- VASCONCELOS, José Leite de — *Da Numismática em Portugal*. Lisboa, Arquivo da Universidade, IX, 1923.